

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

BERNARDO SAAD GEBRAN BUSATTO

**BIG DATA COMO DISPOSITIVO DE BIPODER NAS SOCIEDADES DE  
CONTROLE**

CURITIBA

2018

BERNARDO SAAD GEBRAN BUSATTO

**BIG DATA COMO DISPOSITIVO DE BIOPODER NAS SOCIEDADES DE  
CONTROLE**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Especialista em Sociologia Política, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Prof.º Dr. Rafael Cardoso Sampaio.

CURITIBA

2018

## RESUMO

A proposta deste estudo está em compreender o fenômeno do *big data* como um dos dispositivos de poder presentes nas Sociedades de Controle. Para tal, tornou-se necessário recorrer ao processo genealógico do poder realizado por Michel Foucault, observando de que forma nas sociedades, ao longo da história, o poder operava. Além disso, será realizada uma argumentação em relação à existência de uma nova ordem econômica mundial que, baseada no modelo das Sociedades de Controle anunciadas por Deleuze, tornou-se a variável independente desta pesquisa: o Império. Em um segundo momento, será realizada uma discussão acerca do atual estágio do sistema de produção capitalista, com ênfase na produção de subjetividades. Em seguida, tornou-se necessário estudar as origens da internet para demonstrar que, mesmo descentralizada e rizomática, ela não pode ser entendida como um fenômeno neutro, ou seja, embora seja conhecida pela liberdade que ela permite aos navegantes, ela está imbuída de relações de poder desde sua invenção. Por fim, será feito um estudo sobre o fenômeno do *big data*, um conglomerado de dados produzidos por usuários da internet que, ao serem analisados, possibilitam que o Mercado se antecipe em relação aos anseios e desejos das pessoas e direcione sua produção com base nisso.

Palavras- Chave: Biopoder; Big data; Internet; Subjetividade.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to understand the phenomenon of the big data as one of the mechanisms present in the Control Societies. For this, it has become necessary to resort to the genealogical process of power carried out by Michel Foucault, observing how in the societies, throughout the history, the power operated. Beyond that, an argument will be made regarding the existence of a new world economy that, based on the Control Societies model announced by Deleuze, became the independent variable of this research: the Empire. In a second time, a discussion will be held about the current stage of the production system capitalist, with an emphasis on the production of subjectivities. Then, it became necessary to look to the origins of the internet to demonstrate that, even decentralized and rhizomatic, it can not be understood as a neutral phenomenon, that is, although it is known by the freedom it allows to internet users, it is imbued with relations of power since its invention. Finally, a study will be done on the big data phenomenon, a conglomerate of data produced by Internet users that, when analyzed, the market anticipates in relation to the wishes and desires of the people and direct your production based on that.

Keywords: Biopower; Big data; Internet; Subjectivity.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO.....   | 6  |
| 2. POR UMA GENEALOGIA DO PODER.....  | 8  |
| 2.1. O PODER NAS SOCIEDADES DE SOBERANIA.....                                | 9  |
| 2.2. O PODER NAS SOCIEDADES DISCIPLINARES.....                               | 10 |
| 2.3. PASSAGEM ÀS SOCIEDADES DE CONTROLE.....                                 | 11 |
| 2.4. IMPÉRIO E BIOPODER.....   | 14 |
| 3. INTERNET E BIG DATA.....  | 18 |
| 3.1. ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DO SURGIMENTO DA INTERNET..... | 18 |
| 3.2. BIG DATA COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE.....                              | 23 |
| 4. CONCLUSÃO.....  | 29 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....  | 30 |

# BIG DATA COMO DISPOSITIVO DE BIOPODER NAS SOCIEDADES DE CONTROLE

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa consiste em explorar novas dinâmicas de poder presentes na contemporaneidade, tendo como primeiro pressuposto a existência de uma nova ordem mundial, batizada por Michael Hardt e Antonio Negri (2001) como Império; e como segundo pressuposto a eclosão do fenômeno do *big data*, uma ferramenta que é capaz de captar tendências de consumo, preferências e subjetividades e direcionar sua (re)produção – tanto material quanto imaterial – de acordo com os interesses do Capitalismo Mundial.

Ao relacionar os dois temas, percebe-se que as transformações que ocorreram em torno da questão da produção de subjetividades estão intimamente ligadas aos avanços recentes das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que se tornaram um elemento-chave no funcionamento das Sociedades de Controle. É preciso também identificar de que forma essas novas tecnologias passam a exercer o poder, partindo do pressuposto que as relações cibermediadas não são neutras, e sim repletas de protocolos que regulamentam o acesso dos indivíduos à determinadas informações, caracterizando-se assim como uma face do biopoder, conceituado por Hardt e Negri.

O primeiro capítulo fará um resgate dos tipos de sociedades enunciadas por Michel Foucault, soberanas e disciplinares, e de controle, conceituada por Gilles Deleuze, a partir da análise da mecânica de poder existente em cada uma. Além disso, para que as noções trabalhadas anteriormente estejam de acordo com os paradigmas da contemporaneidade, os conceitos de Império e de Mercado Mundial, trabalhados por Michael Hardt e Antonio Negri, serão utilizados para caracterizar as relações de produção presentes no capitalismo contemporâneo.

Já o segundo capítulo partirá para uma análise da internet, que, embora tenha sua arquitetura baseada em uma estrutura rizomática e descentralizada, ao contrário do que o senso comum acredita, não é neutra. Para dar conta desta análise será necessário recorrer às suas origens, desde as primeiras pesquisas militares durante a Guerra Fria até sua configuração de funcionamento atual, apoiando-se em autores como Manuel Castells e André Lemos. Outro ponto a ser destacado é o processo de produção de subjetividades presente no

Capitalismo Mundial Integrado, conforme analisado por Félix Guattari e Suely Rolnik, realizando uma discussão sobre as alterações na natureza do trabalho, antes prioritariamente material, no interior das fábricas e empresas, e que agora passou a ser focado na produção cognitiva e imaterial.

Ao final, pretende-se realizar uma discussão sobre o fenômeno do *big data*. Previamente entendido como um conglomerado de dados produzidos por usuários da internet conforme sua navegação que, quando relacionados, permitem aos analistas encontrar padrões de comportamento e, assim, prever tendências tanto de consumo quanto de desejos. Inúmeros estudos foram publicados nos últimos anos referindo-se a esta temática, demonstrando sua importância frente aos novos paradigmas da contemporaneidade. Assim, a partir da análise teórica de alguns destes estudos, busca-se uma definição do fenômeno do big data que seja coerente à proposta inicial do trabalho, que é entendê-lo como um dispositivo de biopoder presente nas Sociedades de Controle.

## 2. POR UMA GENEALOGIA DO PODER

O objetivo deste capítulo é realizar uma discussão sobre o conceito de Poder, considerando que sua definição coesa favorece uma maior operacionalização dos conceitos trabalhados na pesquisa e permite uma análise mais sucinta em relação ao problema da (re)produção das subjetividades na era do *big data*.

Embora os primeiros ensaios de Política remontem ao pensamento clássico grego, a questão do Poder só obteve um lugar de destaque a partir dos estudos de Nicolau Maquiavel e La Boétie, ainda nos séculos XV e XVI. Segundo Chalita (2005), enquanto Maquiavel estava preocupado em descobrir os caminhos que um Príncipe deveria percorrer para chegar e se manter no poder, La Boétie o faz criticando o autoritarismo e a tendência à servidão, concebendo o poder a partir do ponto de vista dos dominados.

Essa breve comparação apenas serve para indicar que o poder pode ser analisado a partir de diversas óticas e que, por mais de quinhentos anos filósofos, cientistas políticos, sociólogos, juristas e antropólogos enriquecem a discussão em torno dele. Russel afirma que este conceito está para a ciência política assim como de energia está para a física (cf. RUSSEL apud PERISSINOTTO, 2016, p. 15), demonstrando sua importância e protagonismo nos estudos das Ciências Sociais.

Michel Foucault, um dos mais importantes e renomados filósofos do século passado, dedicou boa parte de sua carreira a compreender o conceito de poder. Segundo ele:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso [...] uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2012, p. 45).

Entender o poder como uma relação que permeia todo o campo social e que atua diretamente na formação dos sujeitos, exige do pesquisador uma postura de questionamento e desmistificação de qualquer consenso. Segundo Perissinotto (2016), adotar esta concepção significa desvendar a forma sutil e quase imperceptível na qual o poder se configura.

Assim, o conceito de poder que será utilizado neste trabalho tem como base os estudos de Michel Foucault e contribuições de Deleuze & Guattari e Hardt & Negri. Desta forma, passa a ser compreendido como “a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando”. (HARDT, NEGRI, 2001, p. 43).



## 2.1. O PODER NAS SOCIEDADES DE SOBERANIA

Em um curso no College de France, em 1976, Foucault explica que em seus estudos buscou investigar as formas com que o poder se configura, balizando-se em dois limites fundamentais: “por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos de verdade que esse poder produz, transmite e que, por sua vez, reproduzem-no” (FOUCAULT, 2012, p. 278). Segundo ele, o poder somente pode ser exercido quando ele representa uma verdade, seja ela com um caráter de submissão ou de produção dessa verdade.

Para o autor, as relações de poder na Idade Média estavam intimamente ligadas ao direito do rei, caracterizando-se como um poder real, centralizando todo seu exercício na figura de um absolutista, um soberano que possuía a legitimidade de exercê-lo conforme sua vontade. Foucault afirma que “a teoria do direito, da Idade Média em diante, tem essencialmente o papel de fixar a legitimidade do poder; isto é, o problema maior em torno do qual se organiza toda a teoria do direito é o da soberania” (FOUCAULT, 2012, p.292). Desta forma, o filósofo constata que essa configuração do poder fez com que surgisse o direito legítimo da soberania e a obrigação legal da obediência.

Como é de costume na obra do filósofo, ele explica que somente analisar a legitimidade deste poder na mão de um soberano não é suficiente para entender sua complexidade, é necessário analisar a sua eficácia através dos súditos, é “captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar” (FOUCAULT, 2012, p. 281-282). Desta forma, o poder não é apenas uma dominação transversal, ele se configura como uma malha onde todos os sujeitos estão inseridos, exercendo e sofrendo a sua ação, caracterizando-se, assim, como centros de transmissão.

A partir dessa análise da configuração do poder, Foucault parte para o estudo do fato histórico da soberania. Para isso, ele pontua quatro papéis que a teoria jurídico-política da soberania exerceu. O primeiro deles foi a efetivação de um poder de monarquia feudal. Outro papel apresentado pelo autor é que este poder efetivo serviu como legitimação para as grandes monarquias administrativas. Um terceiro ponto a ser discutido por Foucault refere-se aos séculos XVI e XVII em que:

[...] a teoria da soberania foi uma arma que circulou tanto num campo como no outro, tendo sido usada em duplo sentido, seja para limitar, seja, ao contrário, para reforçar o poder real: nós a encontramos tanto entre os católicos monarquistas como entre os protestantes antimonarquistas (FOUCAULT, 2012. p. 290).

Por último, verificando esses papéis do poder soberano, Foucault explica que na sociedade feudal, o poder percorria os diversos extratos da sociedade, nos níveis mais elevados até os subalternos, e era transcrito a partir de uma relação de soberano súdito.

A lógica do poder soberano feudal focava sua atuação na apropriação da terra e no que ela produzia para seu monarca e não sobre o modo de vida ou sobre os corpos dos súditos. Assim, não se exigia a vigilância dos sujeitos, visto que o poder legítimo do rei residia no fato de que sua vontade era a própria lei, sendo passível de morte qualquer um que não a respeitasse.

## **2.2. O PODER NAS SOCIEDADES DISCIPLINARES**

Com o advento da revolução burguesa, a mecânica de poder baseada na soberania torna-se obsoleta. Depositando nos corpos a sua força reguladora, as sociedades disciplinares, conforme Foucault (2012), quebram o paradigma soberano quando passa a constituir um novo discurso, próprio do seu tempo, uma nova forma de saber onde:

As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da normal; definirão um código que não será o da lei, mas da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas; a sua jurisprudência será a de um saber clínico (FOUCAULT, 2012, p. 293).

Para Foucault, a normalização criada pelas sociedades disciplinares é totalmente incompatível com o direito soberano, exigindo assim a criação de uma verdade que justifique a sua intersecção e, conseqüentemente, a sua legitimidade como forma de poder. O filósofo destaca que a partir do surgimento da burguesia e da dupla revolução (Francesa e Industrial) essa lógica soberana começa a ser alterada. Segundo ele, essa mecânica:

[...] apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que existência física de um soberano (FOUCAULT, 2012, p. 291).

Este discurso encontra-se baseado na concepção de ciência moderna, em especial na medicina, que “submetida aos mecanismos da iniciativa individual e às leis do mercado [...] se

apoia em uma estrutura de poder e que visa a saúde de uma coletividade” (FOUCAULT, 2012, p. 296). Foi assim, com o surgimento dos hospitais e dos manicômios, que as sociedades disciplinares deram seus primeiros passos.

Como importante pensador para o debate em questão, Gilles Deleuze (1992), após vasto estudo da obra de Foucault, ressalta que as sociedades disciplinares já apresentavam sinais de crise desde o final da Segunda Guerra mundial. As reformas anunciadas aos grandes meios de confinamento apenas comprovam esta hipótese.

Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares (FOUCAULT apud DELEUZE, 1992, p 220).

Assim, Deleuze afirma que as Sociedades de controle tendem a ser o novo paradigma político, econômico e cultural que passará a regular os processos de subjetivação, ou seja, de formação dos sujeitos, baseado em uma nova dinâmica de poder, não mais centralizada no corpo e no conceito de normal, mas sim baseado na descentralização e controle propiciados pelo surgimento dos computadores e da internet.

### **2.3. PASSAGEM ÀS SOCIEDADES DE CONTROLE**

A crise das sociedades disciplinares possibilita uma mudança no paradigma do poder, alterando a forma de organização e gestão das instituições, uma lógica que não vem como uma contradição às características de sua precedente, mas como uma intensificação de seu poder e de seu alcance.

Assim como todos os tipos de sociedade que já marcaram presença na história da humanidade, as Sociedades de Controle possuem uma lógica interna e particular. Deleuze argumenta que os meios de confinamento das sociedades disciplinares caracterizavam-se como variáveis independentes, as relações de poder de um determinado internato não possuíam influência em outros espaços. Por outro lado, os controlatos, como são chamados os mecanismos de controle, são variações inseparáveis, ou seja, participam ao mesmo tempo da construção da subjetividade e possuem uma linguagem numérica. Segundo Deleuze,

Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente... (DELEUZE, 1992, p 221).

Fazendo uma comparação entre a constituição dos salários nas Sociedades Disciplinares – baseado no equilíbrio entre um valor alto para a produção e um valor baixo para o salário, e nas Sociedades de Controle, em que a fábrica deu lugar à empresa que, por sua vez, possui um sistema de salário prezando a imposição de prêmios – Deleuze (1992) constata que esta lógica tende a intensificar a rivalidade entre membros de uma mesma instituição, contrapondo-os e dividindo-os.

Esta lógica do salário por mérito, segundo o filósofo (1992), pode ser encontrada em diversas outras esferas institucionais, como a escola sendo substituída pela formação permanente e o controle contínuo substituindo as avaliações. Desta forma, é possível compreender as Sociedades de Controle como um regime onde não se termina nada, onde a modulação deformante é onipresente.

De acordo com Deleuze, esta mutação sempre esteve presente no capitalismo, que passou de uma lógica de concentração, produção e propriedade para um modelo em que o dono dos meios de produção participa também da gestão de outras instituições, como a casa do operário (na forma de proprietário do imóvel) ou da escola (como investidor). Assim, a lógica do capitalismo se alterou, e o que antes estava focado na concentração, produção e propriedade, tornou-se agora dirigido ao produto final, ou seja, voltado para a venda e para o mercado. Com base nisso o filósofo aponta um dos principais pilares das sociedades de controle.

O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. (DELEUZE, 1992, p. 224)

Um dos princípios lógicos das Sociedades de Controle reside em uma cifra, uma senha, que tem a função de permitir ou negar acesso à determinada informação. A partir desta constatação, Deleuze afirma que os indivíduos são divisíveis, tornando-se amostras e dados em uma grande massa diferenciada pelos seus hábitos de consumo cultural ou de mercadorias.

O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o surf já substituiu os antigos esportes (DELEUZE, 1992, p. 223).

As Sociedades de Controle, para Deleuze (1992), assim como as disciplinares e as soberanas, possuem certos tipos de máquinas que correspondem às forças sociais capazes de lhes darem forma. Alavancas, roldanas e máquinas simples faziam parte do contexto das Sociedades de Soberania, enquanto que as máquinas energéticas, movidas a vapor constituíam a realidade das Sociedades Disciplinares. Já nas Sociedades de Controle, as que melhor correspondem à situação atual são os computadores, as máquinas informáticas conectadas a uma rede global e descentralizada, que por sua vez, diferentemente das sabotagens e greves dos modelos anteriores, são suscetíveis à implantação de vírus e pirataria além de deixar possibilidade para interferências indesejadas.

Michael Hardt (2000) trabalha com a noção de Sociedade Mundial de Controle e dedica seus estudos a uma interpretação das breves noções que Deleuze deixou ao estudar as Sociedades de controle. Afirma que

“Os muros das instituições estão desmoronando de tal maneira que suas lógicas disciplinares não se tornam ineficazes, mas se encontram, antes, generalizadas como formas fluidas através de todo o campo social” (HARDT, 2000, p 357).

Como a descrição de Deleuze sobre a transição das formas de sociedade é curta, Hardt relaciona-as com outras características da sociedade contemporânea, como a passagem da sociedade moderna para a pós-moderna. Utilizando-se da dialética entre dentro e fora, o autor constata que, com o desmoronamento dos muros institucionais, as distinções entre dentro e fora ficam cada vez menos perceptíveis, ou seja, aparece uma mudança na forma com que o poder está situado no espaço caracterizando, assim, uma passagem à pós-modernidade.

Ao referir-se aos espaços público e privado, Hardt argumenta que:

[...] o fora também entrou em declínio do ponto de vista de uma dialética moderna bastante diferente, que definia a relação entre público e o privado na teoria política liberal. Os espaços públicos da sociedade moderna, que constituem o lugar da política liberal, tendem a desaparecer no mundo pós-moderno. [...] o indivíduo que está em casa, em seus espaços privados, considera o público como o seu fora. O fora é o lugar próprio da política, em que a ação do indivíduo fica exposta ao olhar dos outros e em que ela procura ser reconhecida. Ora, no processo de pós-modernização, esses espaços públicos se veem cada vez mais privatizados. (HARDT, 2000 p. 359)

Partindo deste pressuposto, é possível analisar que a privatização do fora caracteriza uma alteração importantíssima na forma de entendermos a realidade. Um grande exemplo do fim da dicotomia dentro/fora é o mercado mundial, que tem como característica a totalização, o Império. Nas palavras do autor: “Em sua forma ideal, não há um fora do mercado mundial: o planeta inteiro é seu domínio”. (HARDT, 2000, p 361) Com base nesta afirmação, deduz-se que em meio a essa totalidade imperial, o poder não tem mais um lugar específico, ele está em todos os lugares.

Ao fazer uma análise, na perspectiva de Deleuze, sobre as sociedades de controle contemporâneas, o sociólogo Murilo Machado (2013) afirma que o processo de informatização configura-se como a principal ferramenta da sociedade de controle. Referindo-se às tecnologias da informação, argumenta que elas:

Permitem, cada uma a seu modo, um controle horizontal, disperso, distribuído, impessoal. Portanto, de maneira muito simples, com a crescente e irreversível digitalização das informações, combinada ao uso irrefreável de tecnologias de comunicação em um cenário hipermidiático, todo e qualquer (ciber)cidadão é passível de ser controlado a todo momento – e em campo aberto (MACHADO, 2013, p 38).

É possível notar, assim, que a informática, e principalmente a internet, tornam-se dispositivos de controle, onde são coletados, organizados e quantificados os dados de navegação dos indivíduos.

Todas as atividades realizadas nessas redes são rastreáveis e geram um conjunto de dados e padrões de comportamento que são muito caros e rentáveis às instituições típicas do capitalismo pós-industrial (MACHADO, 2013, p. 38).

Em outras palavras, significa que as grandes corporações midiáticas utilizam esses dados de comportamento, coletados pelo rastreamento na internet, em seus novos projetos, voltados ao mercado mundial.

## **2.4. IMPÉRIO E BIOPODER**

O capitalismo contemporâneo possui uma estrutura singular que deve ser analisada a partir da relação entre o processo de globalização, os aspectos culturais da humanidade e as trocas econômicas. Esta relação pode ser entendida como uma nova lógica, uma nova ordem

mundial em que o mundo inteiro está sujeito. Michael Hardt e Toni Negri chamam esta nova estrutura de Império, sendo ele “[...] a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que domina o mundo.” (HARDT, NEGRI, 2001, p. 11).

Diferentemente do conceito de imperialismo, utilizado por historiadores para definir o papel dos países europeus como Inglaterra e França ao momento em que buscavam estender o alcance de seu poder para além de suas fronteiras; e do conceito de Império Clássico, caracterizado por um Estado conquistador e gerenciador de diferentes etnias, caso do Romano; o conceito de Império é, segundo os autores, um poder global sobre a vida, sobre a cultura, ou seja, um poder sobre a constituição da subjetividade dos habitantes do planeta.

Na pós modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro (HARDT, NEGRI, 2001, p. 13).

Com o advento do Império e uma constante ressignificação no processo de produção das subjetividades, a soberania do Estado-Nação foi posta em cheque e substituída por organismos supranacionais que estruturam suas ações de forma a aparelhar as políticas nacionais a esta nova ordem do mercado mundial. É possível notar um exemplo disso através da análise dos bens de consumo, que, com a globalização da economia, se mostram presentes tanto em países ricos como Estados Unidos e na Europa, quanto na África e América do Sul. Para Hardt e Negri (2001), é assim que esta nova ordem mundial se configura, captando os desejos mais íntimos dos sujeitos em laboratórios de marqueteiros e oferecendo-os como bens consumíveis e necessários.

Esta lógica de consumo que deixa de lado as fronteiras físicas, de acordo com Hardt e Negri, exige uma mudança no processo produtivo, em que a mão de obra industrial deixa de ser a principal forma de produção e abre espaço para a mão de obra comunicativa. Esta, que não está fixada em fronteiras entre Estados-Nação, e pode ser percebida na internet, uma instância que se sobrepõe às antigas centralizações de poder. Segundo os autores:

O império não estabelece um centro territorial de poder, nem mesmo se baseia em fronteiras e barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (HARDT, NEGRI, 2001, p. 12).

Em relação ao surgimento do Império, os autores datam um momento em que a ordem mundial teve seu primeiro vestígio de alteração: a criação da Organização das Nações Unidas

(ONU). A internacionalização do direito permitiu o surgimento de uma instância de regulamentação e, conseqüentemente, de poder, que vai além da soberania dos Estados e aponta para uma nova ordem jurídica global.

[...] a noção de direito definida pela carta da ONU aponta igualmente para uma nova fonte positiva de produção jurídica, eficaz em escala global – um novo centro de produção normativa que pode desempenhar um papel jurídico soberano (HARDT, NEGRI, 2001, p. 22).

Esta transição jurídica do Estado-Nação para uma organização supranacional tornou-se um dos alicerces para a constituição do Império. Segundo os autores, a existência de uma definição jurídica supranacional favorece a união entre poder econômico e poder político, na medida em que o capitalismo se baseia nas relações econômicas do mercado mundial e a política dos países visa o aumento de sua participação na economia global.

Em decorrência da união entre esses poderes, as relações de dominação de um estado-nação sobre outro foram alteradas dando forma a um novo poder global. Nas palavras de Hardt e Negri isso significa que, em relação às nações:

[...] a ideia de um poder único que está por cima de todas elas, que as organiza numa estrutura unitária e as trata de acordo com uma noção comum de direito decididamente pós-colonial e pós-imperialista [...] um novo registro de autoridade e um projeto original de produção de normas e de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolvem conflitos (HARDT, NEGRI, 2001, p. 27).

Com base nesta quebra de paradigma, em que os Estado-Nação passam a dar lugar à legitimidade jurídica do Império, o poder passa a se comportar como uma força policial, que regulamenta as ações dos indivíduos, do Estado e das corporações, de modo que estes façam parte de uma composição harmoniosa de valores universais, condizentes com a conjuntura imperial. Segundo Hardt e Negri, “no Império, a ética, a moralidade e a justiça ganham novas dimensões.” (HARDT, NEGRI, 2001, p. 37) Considerando o Império como a centralização de poder que engloba, desde o fator produtivo e sua rede de alcance, até sua força de repressão contra rebeldes que ameaçam sua ordem, nota-se que sua base está fundamentada em uma produção biopolítica.

Recorrendo à Foucault, os autores definem o biopoder como “a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando”. (HARDT, NEGRI, 2001, p. 43) Em outras palavras, o biopoder se configura pela política de totalização e homogeneização dos valores, da cultura, do consumo e das



relações sociais dos habitantes do planeta, é um poder vertical onde os sujeitos são coagidos a participar dessa lógica interna e reprimidos se dela discordarem.

Os desafios decorrentes das emergências de sociedades de controles dizem respeito a compreender como os conceitos de biopoder se inserem no caso da rede mundial de computadores. Afinal, é possível perceber a maneira com que o aprofundamento do controle sobre os indivíduos torna-se cada vez mais evidente e exponencial tomando como parâmetro a revolução informacional em curso.

### **3. INTERNET E BIG DATA**

#### **3.1. ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DO SURGIMENTO DA INTERNET**

Dentre os autores que tratam do tema que faz interface entre história e sociologia, Castells representa, por certo, uma referência central para este trabalho, na medida em que no livro “Galáxia da Internet” faz uma análise sucinta do surgimento e da difusão das redes de computadores ao longo da história, demonstrando que, embora o senso comum afirme sua neutralidade, percebe-se que desde seu início ela já estava permeada por relações de poder.

Embora difundida mundialmente a partir da década de 90, a internet, da maneira que conhecemos hoje, segundo Castells (2003), foi resultado de um programa militar estadunidense na década de 1960. Visando a criação de uma nova tecnologia de guerra capaz de superar a União Soviética, que havia recém-criado o programa espacial Sputnik, em 1958, os EUA mobilizam recursos em torno do Advanced Research Projects Agency (ARPA), que era nada mais do que uma agência de incentivo à pesquisa universitária em busca de novas tecnologias. Subsidiada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos surge a ARPANET, que foi “uma maneira de permitir aos vários centros de computadores e grupos de pesquisa que trabalhavam para a agência compartilhar on-line tempo de computação” (CASTELLS, 2003, p.14).

Segundo o autor (2003), a elaboração de um sistema de comunicação que não seria suscetível aos ataques inimigos se deu graças a descentralização desta rede e de seu caráter de flexibilidade, ou seja, esta tecnologia estava protegida por não estar alocada em um espaço físico e por contar com uma estrutura de auto renovação constante. A próxima etapa que levaria à sua consolidação foi justamente a criação de uma intersecção entre diversas redes administradas pela ARPA, como PRNET e SATNET. Para que isso fosse possível, viu-se necessário a padronização da sua forma de comunicação, através de protocolos (codificação onde as informações são padronizadas para que outro computador possa decodificá-la e estabelecer uma conexão), que até hoje são utilizados na estrutura da internet.

A partir dos anos de 1970-80, viu-se a necessidade, por parte do departamento de segurança americano, de separar as redes de comunicação em dois pilares para que houvesse maior proteção contra as brechas na programação e utilização da rede por inimigos. A

primeira seria a MILNET, que teria seu uso destinado às funções militares; e a segunda seria a ARPA-INTERNET, esta voltada às inovações acadêmicas. Em meados da década de 90, a ARPANET foi tirada do ar por ser considerada ultrapassada e o reflexo desta ação foi a sua desmilitarização e sua futura privatização. O processo de desmilitarização, escreve Castells, foi decisivo na reconfiguração da rede como um meio de comunicação global. Sobre este aspecto, afirma que:

[...] muitos provedores de serviços da Internet montaram suas próprias redes e estabeleceram suas próprias portas de comunicação em bases comerciais. A partir de então, a Internet cresceu rapidamente como uma rede global de computadores (CASTELLS, 2003, p. 15).

Apesar de ter sido a primeira rede a ser estabelecida, a ARPANET não foi a única responsável pelo surgimento da internet. Conforme Castells (2003), “o formato atual da internet é também um resultado de uma tradição de base de informação de redes de computadores”. De acordo com ele, alguns estudantes que viam a necessidade de interconectar computadores pessoais para o compartilhamento de arquivos criaram um programa chamado MODEM, que permitia que esta ação fosse executada.

Como essa, diversas outras inovações foram feitas durante este período, exemplifica o autor (2003), como redes experimentais de comunicação entre usuários da IBM (empresa de telecomunicações americana), assim como uma rede interna para os usuários do sistema operacional UNIX, principal sistema operacional utilizado por programadores devido à sua programação em código aberto que permitia a alteração de seu código fonte por qualquer um.

Foi percebendo esta nova forma de utilização das redes, conforme Castells (2012), que alguns estudantes conseguiram criar um mecanismo que possibilitou a intercomunicação entre diferentes sistemas de comunicação e compartilhamento de dados que se tornou decisivo no processo de popularização da internet.

Outro ponto a ser destacado pelo sociólogo foi o desenvolvimento da *World Wide Web* que aparece como a primeira forma de comunicação interativa global. Desenvolvida por um programador inglês que buscava associar informações a partir de uma plataforma interativa, e aperfeiçoada por outros programadores, tornou-se a aplicação mais importante quando se trata do uso da internet. Baseada em uma configuração onde seria possível navegar de um link ao outro, chamada hipertexto, permitiu que os conteúdos passassem a ser relacionados em um sistema. A partir de 1990, foram criados diversos navegadores que facilitavam o uso dessa

ferramenta assim como aperfeiçoavam-na, adicionando uma interface gráfica de maior qualidade. Segundo Castells,

Assim, em meados da década de 1990, a Internet estava privatizada e dotada de uma arquitetura aberta, que permitia a interconexão de todas as redes de computadores em qualquer lugar do mundo; a www podia então funcionar com software adequado, e vários navegadores de uso fácil estavam à disposição do público (CASTELLS, 2003, p.19).

Como visto acima, é possível notar que a internet surge a partir de uma união de esforços da *big science*, da pesquisa militar e de uma cultura de liberdade. A ARPANET teve suas raízes em pesquisas militares dos EUA, entretanto jamais fora viabilizada meramente para este fim. Em outras palavras, a liberdade dada aos pesquisadores de computação que trabalhavam nesta pesquisa visava a criação de uma tecnologia de ponta baseada em “uma estrutura descentralizada; poder computacional distribuído através de nós da rede; e redundância de funções na rede para diminuir o risco de desconexão (CASTELLS, 2003, p. 20).”

Segundo ele, a ARPANET não foi apenas uma consequência de um projeto do departamento de defesa americano, ela foi:

[...]prefigurada, deliberadamente projetada e subsequentemente administrada por um grupo de cientistas da computação que compartilhavam uma missão que pouco tinha a ver com estratégia militar. Enraizou-se num sonho científico de transformar o mundo através da comunicação por computador” (CASTELLS, 2003, p. 21)

Este sonho de criar um ambiente de comunicação global não é fruto exclusivo da informática. Segundo o sociólogo André Lemos, o telégrafo, o rádio, o telefone e o cinema já exerciam este papel ainda no séc. XIX, em que “o homem amplia o desejo de agir a distância da ubiquidade” (LEMOS, 2013, p. 68), desta forma, os media podem ser entendidos como mecanismos de alteração do espaço-tempo.

Entretanto, o progresso significativo dos meios de comunicação só aconteceu quando houve a fusão das telecomunicações com a informática, que, segundo Lemos:

[...] implica a passagem dos *mass media* para as formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação [...] Aqui a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore (um-todos), e sim à multiplicidade do rizoma (todos-todos) (LEMOS, 2013, p. 69).

Esta nova forma de comunicação visa à comunicação entre os indivíduos de forma difusa, sem que ocorra a centralização e padronização da informação, como ocorre com o rádio e com a televisão. A internet é uma media que se baseia, principalmente, na interatividade. Lemos completa que o ciberespaço se configura a partir de um desejo de comunicação de forma planetária, que rompe a barreira do PC (personal computer) desconectado dos outros, e passa a comportar-se como um CC (computador coletivo), ou seja, um computador interligado a outros em forma de rede. O autor completa argumentando que esta razão técnica proveniente da cibercultura baseia-se em princípios de transversalidade, descentralização e interatividade.

O modelo informatizado, cujo exemplo é o ciberespaço, é aquele onde a forma do rizoma (redes digitais) se constitui numa estrutura comunicativa de livre circulação de mensagens, agora não mais editada por um centro, mas disseminada de forma transversal e vertical, aleatória e associativa. A nova racionalidade dos sistemas informatizados age sobre um homem que não mais recebe informações homogêneas de um centro ‘editor-coletor-distribuidor’, mas de forma caótica, multidirecional, entrópica, coletiva e, ao mesmo tempo, personalizada (LEMOS, 2013, p. 81)

Esta estrutura, nada mais é do que a passagem da cultura do impresso para a “conectividade e à retribalização da sociedade” (LEMOS, 2013, p. 72). Configura-se como a destituição das fronteiras geográficas assim como a alteração do processo temporal cronológico, que, segundo ele, são os pilares da modernidade.

Para constituir a sua tese, Lemos (2013) utiliza o pensamento de Jean Baudrillard que, com seu pessimismo, vai atestar que não vivemos em um período de retribalização, e sim em um momento em que apenas há circulação de informações, transformando os indivíduos em pontos de transmissão que simulam uma interação, mas que não são a interação propriamente dita. Para o francês, estamos passando por um momento em que o real fora substituído pelo hiper-real e a comunicação substituída pela simulação.

Outro pensador utilizado pelo brasileiro é Paul Virilio, que baseia sua teoria na concepção de que apenas as informações são carregadas pelas interações entre computadores e que as sensações são deixadas de lado na medida em que as interações são apenas trocas de dados numéricos, algoritmos codificados e decodificados por protocolos de internet. “o pensamento coletivo imposto pelos diversos media visava aniquilar a originalidade das sensações [...], um estoque de informações destinado a programar suas memórias” (VIRILIO apud LEMOS, 2013, p.74).

Para Virilio, o ser humano usuário das novas tecnologias de informação tornou-se um receptor passivo de informações e dele é exigida uma resposta rápida e impulsiva, privando-o de uma maior reflexão sobre o assunto. Entretanto, Lemos (2013) argumenta que esta visão sobre as tecnologias encontra-se precipitada. Da mesma forma que o indivíduo deve responder imediatamente ao estímulo virtual, no ciberespaço insere-se toda a dinâmica da vida social contemporânea, como aspectos linguísticos e culturais.

Segundo Lemos, o ciberespaço permite que ocorra, além da mera circulação de informação, a apropriação, por parte dos usuários, da estruturação desta técnica, como por exemplo, as ações dos hackers, a pirataria e a inserção de vírus. Para ele “É devido a essas várias formas de virulências e de apropriações que a racionalidade do sistema, sua transparência total e mortífera, não atinge completamente o apogeu” (LEMOS, 2013, p.76).

Para fazer oposição ao pensamento de Baudrillard e Virilio, André Lemos apropria-se do pensamento de Léo Scheer, em seu livro *Civilização do Virtual*. Nele, o autor argumenta que os pilares da modernidade (família, exército e religião) serão substituídos por pequenas narrativas, onde a informática, a computação e a comunicação exercerão papel fundamental. Para Scheer, esta nova configuração sociotécnica “coloca o usuário no desafio de produzir seu próprio espetáculo, seu próprio imaginário, seu próprio desafio” (SCHEER apud LEMOS, 2013, p.78)

Do que foi exposto até o momento, vale ressaltar as diversas possibilidades de reconfiguração da vida humana permitidas pela informatização e pelo surgimento do ciberespaço. Na medida em que se tornam ferramentas da humanidade, é possível notar que, assim como as máquinas a vapor ou a descoberta do fogo, o processo de virtualização torna-se cada vez mais permeado por dinâmicas de poder que, por sua vez, contribuem para a efetivação do controle social conforme Deleuze havia enunciado.

### 3.2. BIG DATA COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE

Há algumas décadas atrás, a possibilidade de prever e mensurar os sentidos da ação humana através de dados estatísticos parecia algo impossível. A “galinha dos ovos de ouro” dos publicitários, governantes e demais profissionais que atuam no ramo da produção de modos de vida, surgiu ao momento em que as TICs passaram a fazer parte da organização social, política e econômica das sociedades contemporâneas. Conhecido como *big data*, esta ferramenta que permite coletar, organizar, relacionar e analisar os dados de acesso dos usuários da internet traz consigo um caráter inovador no que tange ao conhecimento sobre o comportamento e desejos da humanidade.

Sua principal característica, segundo Danah Boyd e Kate Crawford (2011), não consiste apenas no imensurável agrupamento dos dados, e sim em sua possibilidade de cruzamento destes dados.

Due to efforts to mine and aggregate data, Big Data is fundamentally networked. Its value comes from the patterns that can be derived by making connections between pieces of data, about an individual, about individuals in relation to others, about groups of people, or simply about the structure of information itself. (BOYD, CRAWFORD, 2011, p. 2)

Percebe-se assim, que não se trata apenas de uma questão de vigilância frente aos acessos e buscas de cada usuário da web, sua importância reside no fato de que o fenômeno do *big data* possibilita aos analistas efetuarem diversas relações entre indivíduos, grupos e instituições na busca por um padrão de comportamento. Através de algoritmos, que podem ser entendidos como um bloco de programação produzido para resolver determinada equação, as informações dos usuários são categorizadas e confrontadas à procura de uma forma de compreender seus desejos a fim de que a produção, material e imaterial, seja melhor direcionada.

No artigo intitulado “Big data: big power shifts?”, os autores alemães Lena Ulbricht e Maximilian von Grafenstein (2016) argumentam que a chamada “*big data society*” transformou a forma de organização de diversos campos sociais. No campo da agricultura, por exemplo, a análise do *big data* pode ser utilizada como um auxílio aos produtores rurais no que diz respeito às decisões que poderão ser tomadas em relação ao plantio, fertilização e irrigação, assim como dar-lhes um mapeamento da produção de determinada cultura tanto em níveis regionais quanto globais.

Em se tratando de educação, os padrões revelados pela ferramenta permitem aos professores e pedagogos um melhor acompanhamento de seus alunos, na medida em que são levantados e organizados dados de plataformas de aprendizado. Entretanto, ao mesmo tempo em que auxiliam o trabalho pedagógico, sua utilização pode trazer consigo um desequilíbrio nas relações de poder presentes no campo escolar na medida em que, de um lado encontram-se as indústrias de tecnologias de educação, que realizam o suporte e a análise das práticas estudantis e, de outro lado os alunos, que se tornam reféns deste novo método de ensino, controlado pelo setor tecnológico de dados.

A partir da identificação e análise da transformação do paradigma do poder presente em diversas instituições, Ulbricht e Grafenstein afirmam que:

In a world where from agriculture to education, border control and e-commerce, everything becomes ‘smart’, scholars should be wise and scrutinise the power shifts, which include opportunities and threats, of the big data society. (ULBRICHT & GRAFENSTEIN, 2016, p. 6)

Em outras palavras, cabe aos pesquisadores estudar e analisar de que forma o poder fundamentado no *big data* torna-se um risco às liberdades humanas e até que ponto a sociedade pode se beneficiar de seu uso.

Levando em consideração que *big data* pode ser entendido como um vasto conjunto de dados que, ao ser coletado e analisado por uma série de algoritmos, é capaz de identificar padrões de comportamento, quando confrontado com o conceito de biopoder, descrito no capítulo anterior como “a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando” (HARDT, NEGRI, 2001, p. 43), ele parece ser um dos pilares que sustenta a produção de subjetividade nas sociedades de controle.

Henrique Parra, sociólogo brasileiro que estuda tecnopolítica e ciberpolítica, no artigo chamado “Abertura e controle na governamentalidade algorítmica” afirma que quando se fala em relações cibermediadas surgem dois fenômenos interconectados: são ele a abertura e o controle. Segundo ele abertura diz respeito ao acesso, interpretação e difusão da informação e por controle entende-se a regulação de determinadas funções com base em um resultado desejado. (PARRA, 2016, p. 39)

Neste sentido, a internet, ainda que favoreça a abertura e compartilhamento livre de informação, traz consigo um caráter de controle excepcional. A partir do seu alto potencial de rastreabilidade de usuários de internet na medida em que as *digital footprints*, ou seja, rastros virtuais, vêm sendo coletados, armazenados e utilizados a fins de controle social. (PARRA,



2012) Segundo ele, “o principal problema apontado pelos pesquisadores é que tais informações são registradas sem o conhecimento dos usuários e ainda ficam relativamente disponíveis de forma não segura.” (PARRA, 2012, p. 111).

Visto isso, é possível perceber o potencial de controle situado na arquitetura da internet, conforme Alexander Galloway (apud PARRA, 2012) afirma que a própria estrutura da internet, baseada em protocolos, se configura como um poder protocolar. Segundo Parra, “o controle é entendido como um ordenamento específico e intrínseco ao processo comunicacional cibernético, e não como o exercício de dominação de um sujeito sobre outro”. E acrescenta:

[...] a possibilidade de estabelecer relações entre um perfil on-line (internauta e seus avatares) e um perfil off-line (indivíduo de carne e osso) pode servir tanto a interesses de controle social (Estado) como para objetivos de ganhos monetários (empresas privadas). (PARRA, 2012, p. 115)

É neste contexto, onde o Mercado Mundial se beneficia da leitura do *big data* para direcionar sua produção material e imaterial, que surge a relevância do estudo dos mecanismos de poder nas Sociedades de Controle. A possibilidade de prever um nicho de mercado que ainda não se concretizou como tal, ou ainda, captar determinados desejos de um coletivo baseado em relações estabelecidas por um algoritmo, é que torna o fenômeno do *big data* uma das bases estruturais do capitalismo contemporâneo.

O maior exemplo da utilização do *big data* para fins corporativos se encontra na maior empresa do ramo existente: o Google. A pesquisadora Barbara Vieira de Oliveira, em sua dissertação de mestrado intitulada “Google e o capitalismo cognitivo: uma cartografia da subjetividade na internet”, publicada em 2012, realiza um estudo sobre esta corporação que foi pioneira no que diz respeito à criação do *big data*. Em um primeiro momento, Oliveira argumenta que o primeiro projeto da multinacional em relação aos dados de internautas foi o *PageRanking*, onde “os links mais populares, os que recebem mais citações em outras páginas, são exibidos nas primeiras posições dos resultados de buscas” (OLIVEIRA, 2012, p.11).

Todas as buscas realizadas na plataforma Google compõe uma coletânea de palavras que, em um futuro próximo, terão a capacidade de expressar até o que as pessoas pensavam em determinados momentos. A partir do monopólio no ramo da indexação da web, legitimado pelos próprios usuários, na medida em que o utilizam sem ressalvas para fazer suas pesquisas,

a empresa tende a lucrar cada vez mais através da colaboração espontânea dos internautas.

Segundo Oliveira:

O Google avalia os usuários e desenvolve serviços que atendam suas demandas. Em alguns momentos, a sensação que se tem é que o Google é capaz de ler a mente das pessoas – o que não deixa de ser verdade – e oferece uma lista que de fato parece ser o que elas procuram. O Google entende os usuários de maneira mais eficiente do que os usuários entendem o Google e faz a manutenção dessa vantagem mostrando-se sempre benevolente e eficaz. [...] Como um grande sistema de vigilância mundial, absorvendo cada busca, cada passo que o usuário dá online, o Google funciona de maneira tão discreta que não levanta suspeitas. (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

Desta forma, o modo de funcionamento do Google pode ser compreendido ao ser relacionado com as concepções de poder trabalhadas no primeiro capítulo, em que uma força supostamente oculta, isto é, não percebida pelos sujeitos subordinados da relação, age definindo um viés para a produção de subjetividade. Em outras palavras:

O Google é um captador do corpo social, um dispositivo de vigilância amplamente aceito que rastreia hábitos de consumo e interesses pessoais. Investindo seu capital de afeto ele cria uma espécie de biopoder (NEGRI, 2005), [...] que transforma cada um de nós em unidades móveis de produção que alimenta o sistema do capitalismo midiático (OLIVEIRA, 2012, p. 24).

É possível notar as semelhanças da política de funcionários do Google com as análises de Deleuze correspondentes às alterações no campo do trabalho nas Sociedades de controle. Segundo Oliveira (2012), os funcionários da corporação estão totalmente imersos no ambiente de trabalho, existindo casos inclusive de trabalhadores que passaram a viver em um trailer estacionado na sede da empresa. Essa imersão faz parte da lógica do capitalismo cognitivo, onde o que importa para o Google é a produção intelectual de seus subordinados, sendo que a própria empresa incentiva-os a programar aplicativos paralelamente ao serviço que foram contratados. Em relação ao salário torna-se evidente que o Google expressa a forma de trabalho citada por Deleuze (1992) onde:

[...] numa sociedade de controle a empresa substituiu a fábrica, e a empresa é uma alma, um gás. Sem dúvida a fábrica já conhecia o sistema de prêmios mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos. [...] A fábrica constituía os indivíduos em um só corpo, para a dupla vantagem do patronato que vigiava cada elemento na massa, e dos sindicatos que mobilizavam uma massa de resistência; mas a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexplorável como são emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo (DELEUZE, 1992).

Não são poucas as comparações que são possíveis de realizar entre a lógica de funcionamento das sociedades de controle com o Google, entretanto é possível, com base no que foi argumentado, afirmar que esta grande corporação expressa perfeitamente os fundamentos do capitalismo contemporâneo.

Em relação ao sistema de produção capitalista, ao qual Félix Guattari e Suely Rolnik (2013) chamam de Capitalismo Mundial Integrado, os autores afirmam que “a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção” (GUATTARI & ROLNIK, 2013, p. 36). Sendo assim, o CMI só possui hegemonia global na medida em que modela comportamentos, sensibilidades, percepções e relações sociais. Conforme eles:

Sem um trabalho de formação prévia das forças produtivas e das forças de consumo, sem um trabalho de todos os meios de semiotização econômica, comercial, industrial, as realidades sociais locais não poderão ser controladas (GUATTARI & ROLNIK, 2013, p. 36).

Ou seja, para eles os agenciamentos de produção de subjetividade “implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica e infrapessoal” (GUATTARI & ROLNIK, 2013, p. 39). Afirmam também que os indivíduos são resultados de um processo de produção em massa de subjetividades e que é desta produção de poder subjetivo que vem a possibilidade do lucro das empresas, como o Google ou Facebook, por exemplo. E acrescentam:

[...] consiste em o CMI instalar-se na própria produção de subjetividade: uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo. (GUATTARI & ROLNIK, 2013, p. 48)

Outro pensador a estudar as dinâmicas do poder no capitalismo contemporâneo é o italiano Maurizio Lazzarato. Ele afirma que o eixo principal do capitalismo é a “articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade de tal maneira que a economia política se mostre idêntica à ‘economia subjetiva’” (LAZZARATO, 2014, p.14). Em outras palavras, o capitalismo contemporâneo necessita de ferramentas que reterritorializem todas as rupturas e linhas de fuga possibilitadas pela abertura da web, tornando-as compatíveis com os interesses do mercado mundial.

Estas ferramentas podem ser encontradas na existência do *big data*, visto que sua mecânica funciona exatamente da maneira que tanto Deleuze, Guattari & Rolnik, Hardt &

Negri, Oliveira e Lazzarato explicaram em seus estudos sobre as sociedades de controle e capitalismo mundial. Um meio de captar os desejos, anseios, vontades, subjetividades e comportamentos dos internautas (que atualmente podem ser entendidos como os sujeitos das sociedades contemporâneas), inclui-los na lógica da produção (tanto material quanto imaterial) através de novas modalidades de consumo a fim de controlar seus hábitos e seus costumes.

#### 4. CONCLUSÃO

Ao longo desta monografia buscou-se explorar a forma de exercício do poder com características ocultas e de influência sutil que, entretanto, se mostra cada vez presente no cotidiano de todos os habitantes do planeta (que possuem acesso à internet). Através do processo genealógico do poder trabalhado no primeiro capítulo, foi realizado um processo de compreensão das dinâmicas de poder ao longo dos períodos históricos anteriores, expondo as suas transformações e contradições, e contribuindo para um melhor entendimento acerca das relações micropolíticas presentes na contemporaneidade.

Outro processo analisado por este estudo diz respeito à constituição de uma nova forma de organização social e política, resultado das dinâmicas de poder fundamentadas nas novas tecnologias de informação e comunicação que, por sua vez, carregam em si um potencial de abertura e ao mesmo tempo de controle. Foram analisados também os fatos históricos que remontam ao surgimento da Internet, assim como a suas mudanças ao longo do tempo, tendo como ponto de vista o jogo de poder presente desde a sua concepção até a sua popularização.

Em outro momento viu-se necessário trabalhar com o conceito de *big data*, uma técnica que tem se tornado cada vez mais presente tanto na iniciativa privada quanto no Estado que tem como pressuposto a busca de padrões estatísticos por meio da análise dos dados de acesso dos internautas. Realizada essa discussão, partiu-se para a análise principal da pesquisa: compreender o funcionamento do *big data* para então verificar se esta ferramenta poderia ser considerada como um dispositivo de controle social.

A partir deste percurso, constata-se que o *big data* não é somente um *controlato*, como diria Deleuze, percebe-se que ele se configura como um dispositivo de grande relevância atuando para sociedades de controle. A capacidade de mapear o pensamento humano e transformá-lo em dados estatísticos inaugura, por sua vez, uma nova dinâmica de poder, em que o controle é exercido a partir da possibilidade de fracionar e direcionar a produção de subjetividades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate. **Six Provocations for big data**. 2011 Acesso em: 14/03/2018. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1926431](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1926431)>
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CHALITA, Gabriel. **O Poder: Reflexões sobre Maquiavel e Etienne de La Boétie**. 2005.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HARDT, Michael. A sociedade Mundial de Controle. In: ALLIEZ, Éric (org.). **Gilles Deleuze: uma vida Filosófica**. São Paulo: Ed.34, 2000.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas e subjetividades**. São Paulo: SESC São Paulo. 2014
- MACHADO, Murilo Bansi. **Anonymous Brasil: poder e resistência nas sociedades de controle**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- OLIVEIRA, Barbara Vieira de. **Google e o capitalismo cognitivo: uma cartografia da subjetividade na Internet**. 2012. (Dissertação de mestrado, PUC MINAS).
- PARRA, Henrique. **Abertura e controle na governamentalidade algorítmica**. Revista Vigilância Artigos. Acesso em: 14/03/2018. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100013>>
- PARRA, Henrique. **Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais**. Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 15, pp. 109 -120, 2012.
- PERISSINOTTO, Renato; LACERDA, Gustavo Biscaia de; SZWAKO, José (orgs). **Curso livre de teoria política: normatividade e empiria**. Curitiba: Appris, 2016.
- ULBRICHT, Lena; von GRAFENSTEIN, Maximilian. **Big data: big power shifts?** Internet Policy Review. Volume 5. 2016. Acesso em: 14/03/2018. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/big-data-big-power-shifts>

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO**

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando à obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

---

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando à obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.



---